



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar –
Brasília – DF – CEP: 70.308-200 Telefones: (61) 2027-3213 / (61) 2027-3981
E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE)

Data: 18/07/2023 a 20/07/2023

1 Nos dias dezoito, dezenove e vinte de julho de dois mil e vinte e três, foi realizada a 133ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), sob a
3 Coordenação do Conselheira Titular e Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,
4 Anna Paula Feminella (SNDPD/MDH) e do Vice-Presidente Décio Gomes Santiago. Estiveram
5 presentes os seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes da Sociedade Civil – Dia 19/07/2023:
6 Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo
7 (ABRA); Conselheira Titular Sílvia de Oliveira Pereira, Representante da Associação Brasileira de
8 Saúde Coletiva; (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes, Representante da Associação
9 Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné,
10 Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do
11 Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Suplente Antônio José Ferreira Freire,
12 Representante da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV);
13 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e
14 Agronomia (CONFEA); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos, Representante da
15 Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS); Conselheiro Titular
16 Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência do Brasil
17 (FCD/BR); Titular Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAES
18 (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da Federação
19 Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,
20 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);

21 Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto, Representante da Federação Nacional de Educação
22 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar, Representante da
23 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães,
24 Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Márcia Adão, Representante da União Geral
25 dos Trabalhadores (UGT). Conselheiros do Governo: Conselheira Titular Sônia Costa,
26 Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro Titular
27 Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Representante do Ministério da Cultura (MinC);
28 Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
29 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Conselheiro Suplente Luís Maurício Alves
30 dos Santos, Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheira Titular Isadora Carvalho de
31 Oliveira, Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
32 Direitos (SNPDDH/MDH); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do
33 Ministério da Saúde (MS); Conselheira Titular: Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do
34 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheira Titular: Ludymilla dos Santos Chagas,
35 Representante do Ministério das Comunicações (MCom); Conselheiro Suplente Falk Soares Ramos
36 Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC). Estiveram presentes os seguintes
37 Conselheiros/as Titulares e Suplentes Da Sociedade Civil – Dia 19/07/2023: Conselheira Maria do
38 Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA); Conselheira
39 Titular Silvia de Oliveira Pereira, Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva
40 (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes, Representante da Associação Brasileira da Síndrome
41 de Williams (ABSW); Conselheira Titular Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira,
42 Representante dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro
43 Titular Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com
44 Deficiência, dos Funcionários do Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro
45 Suplente José Antônio Ferreira Freire, Representante da Confederação Brasileira de Desportos de
46 Deficientes Visuais (CBDV); Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho
47 Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA); Conselheira Suplente Laudeci Vieira dos Santos,
48 Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras (FEBRARARAS);
49 Conselheiro Titular Décio Gomes Santiago, Representante da Fraternidade Cristã de Pessoas com
50 Deficiência do Brasil (FCD/BR); Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação
51 Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato,

52 Representante da Federação Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes
53 de Oliveira Brito, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi
54 (FENAPESTALOZZI); Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto, Representante da
55 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Marcio
56 Castro de Aguiar, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB);
57 Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães, Representante da Retina Brasil; Conselheiro Titular
58 Joelson Costa Dias, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Conselheiros do
59 Governo: Conselheiro Suplente Amanda Ivens Mina Arruda de Carvalho, Representante do
60 Ministério das Cidades (MCid); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do
61 Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
62 Conselheira Titular Carla Ramos, Representante do Ministério das Mulheres (MM); Conselheira
63 Titular, Anna Paula Feminella, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com
64 Deficiência (SNDPD/MDHC); Conselheira Titular Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do
65 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Conselheira Titular Isadora Carvalho de Oliveira,
66 Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos Direitos
67 (SNPDDH/MDH); Conselheiro Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Junior, Secretaria Especial de
68 Cultura do Ministério da Cultura (MinC); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa,
69 Representante do Ministério da Saúde (MS); Conselheiro Titular Fábio Augusto Lima de Araújo,
70 Representante da Secretaria Especial do Esporte (ME); Conselheiro Titular Falk Soares Ramos
71 Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC); Conselheiro Suplente Décio
72 Nascimento Guimarães, Representante do Ministério da Educação (MEC). Estiveram presentes os
73 seguintes Conselheiros/as Titulares e Suplentes da Sociedade Civil – Dia 20/07/2023: Conselheira
74 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação Brasileira de Autismo (ABRA);
75 Conselheira Titular Silvia de Oliveira Pereira, Silvia de Oliveira Pereira, Representante da
76 Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conselheiro Titular Jô Nunes,
77 Representante da Associação Brasileira da Síndrome de Williams (ABSW); Conselheira Titular
78 Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Representante dos Familiares, Amigos e
79 Portadores de Doenças Graves (AFAG); Conselheiro Titular Roberto Paulo do Vale Tiné,
80 Representante da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, dos Funcionários do
81 Branco do Brasil e da Comunidade (APABB); Conselheiro Titular Paulo Rogério Tadros,
82 Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);

83 Conselheiro Titular Daniel Faganello, Representante do Conselho Federal de Engenharia e
84 Agronomia (CONFEA); Adilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das
85 APAES (FENAPAES); Conselheiro Suplente Wagner Gonçalves Saltorato, Representante da
86 Federação Nacional das APAES (FENAPAES); Conselheiro Titular Jonas Pontes de Oliveira Brito,
87 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTALOZZI);
88 Conselheiro Suplente Gabriel Franca do Couto, Representante da Federação Nacional de Educação
89 e Integração dos Surdos (FENEIS); Conselheiro Titular Marcio Castro de Aguiar, Representante da
90 Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Conselheiro Titular Cesar Ackar Magalhães,
91 Representante da Retina Brasil; Conselheira Titular Márcia Adão, Representante da União Geral
92 dos Trabalhadores (UGT). Conselheiros do Governo: Conselheira Titular Cristina de Farias Araújo,
93 Representante do Ministério das Cidades (MCid); Conselheira Suplente Amanda Ivens Mina
94 Arruda de Carvalho, Representante do Ministério das Cidades (MCid); Conselheira Titular Sônia da
95 Costa, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Conselheiro
96 Suplente Falk Soares Ramos Moreira, Representante do Ministério da Educação (MEC);
97 Conselheiro Titular Geraldo Luiz Horta de Alvarenga Júnior, Representante do Ministério da
98 Cultura (MinC); Conselheiro Titular Wallace Dias Freitas, Representante do Ministério do
99 Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Conselheiro
100 Titular Fábio Augusto Lima de Araújo, Representante do Ministério do Esporte (ME); Conselheiro
101 Suplente Luís Maurício Alves dos Santos, Representante do Ministério do Esporte (ME);
102 Conselheira Titular Nathalie Bulcão Gonzales, Representante do Ministério da Justiça e Segurança
103 Pública (MJSP); Conselheira Suplente Lucimara Rosana Cardozo, Representante do Ministério das
104 Mulheres (MM); Conselheiro Suplente Alex Andre Vargem, Representante da Secretaria Nacional
105 de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNPDH/MDHC); Conselheira Presidente Anna
106 Paula Feminella, Representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
107 (SNDPD/MDHC); Conselheiro Titular Arthur de Almeida Medeiros, Representante do Ministério
108 da Saúde (MS); Conselheira Suplente Denise Maria Rodrigues Costa, Representante do Ministério
109 da Saúde (MS); Conselheira Titular Camilla de Vilhena Bemergui, Representante do Ministério do
110 Trabalho e Emprego (MTE). Convidados: Henrique Pandim Barbosa Machado, Procurador-Geral
111 de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Goiás (TCGO); Joaquim Alves de Castro Neto,
112 Presidente do Tribunal de Contas dos municípios do Estado do Goiás (TCM/GO); Carmem Viana
113 Castiñeiras Bezerril, Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas dos municípios do Goiás

114 (TCM/GO); Pedro de Albuquerque Maranhão, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas
115 dos municípios do Goiás (TCM/GO); Naira Rodrigues Gaspar, Diretora de Proteção à Pessoa com
116 Deficiência (DPPD/MDHC); Antônio José do Nascimento Ferreira, Coordenador-Geral de Relações
117 Institucionais (SNDPD/MDHC); Alex Reinecke, Assessor Plano Viver sem Limite 2; Rafael Faria
118 Gieger, Auditor-Fiscal do Trabalho (SRTE-RS). **ABERTURA 18/07/2023:** A Instalação do
119 Plenário foi iniciada, a partir da fala da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
120 com Deficiência, Anna Paula Feminella, que cumprimentou a todos/todas/todes. Em seguida, foi
121 feita a verificação do quórum, sendo verificado como suficiente. Assim iniciou-se a 133ª Reunião
122 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Quebrando o
123 protocolo, foi concedida a palavra para a Sra. Laís Silveira Costa, Pesquisadora da Escola Nacional
124 de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP/FIOCRUZ. A Sra. Laís Silveira Costa iniciou a
125 oportunidade cumprimentando a todas as pessoas presentes e abordando, de forma prevê, o
126 lançamento do livro Itinerário de Reflexões e Práticas de Acessibilidade e Inclusão: A Potência do
127 Fórum Interinstitucional, que trata de um conjunto de textos oriundo de diálogos entre
128 pesquisadores, ativistas nos movimentos da sociedade civil organizada, gestores, profissionais e
129 técnicos das três esferas de governo. O livro parte da experiência e articulação do Fórum
130 Interinstitucional e foi desenvolvida a partir de projetos de pesquisa sobre a atenção primária à
131 saúde sobre a deficiência e formas de desenvolver mecanismos de visibilidade e modelos de
132 atenção. Ademais, elencou outros projetos que estavam em andamento, como por exemplo o guia
133 de linguagem simples e informou que qualquer desses materiais estavam disponíveis para
134 apropriação e consulta, tanto em versão digital quanto física, com inclusive, Audiodescrição e
135 libras. Em seguida, o Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoa com
136 Deficiência, Décio Gomes Santiago passou a condução dos trabalhos. Deu início a pauta passando-
137 se à Aprovação da ATA da 132ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
138 com Deficiência – CONADE. Não havendo observações, retificações, modificações ou explicações
139 ao seu conteúdo, a ATA da 132ª Reunião Ordinária foi considerada aprovada por unanimidade. Na
140 sequência, passou-se a aprovação da pauta. A pauta prevista para a sessão ordinária foi composta
141 pelos seguintes itens – Dia 18/07/2023: 14h30 – Apresentação do relatório da Comissão de
142 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa Com Deficiência da
143 Lei Brasileira de Inclusão – LBI; 15h30 – Apresentação do relatório da Comissão de Políticas
144 Públicas – CPP; 16h – Apresentação do relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS;

145 16h30 – Apresentação do relatório da Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão
146 Técnica Científica da 5ª Conferência Nacional; 17h – Encerramento. Dia 19/07/2023: 09h –
147 Instalação do Plenário; 09h15 – Apresentação do relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos
148 Direitos da Pessoa com Deficiência; 10h – Apresentação das ações do Ministério do Esporte
149 relacionado ao Paradesporto; Convidado: Fábio Augusto Lima de Araújo, Secretário Nacional de
150 Paradesporto do Ministério do Esporte – ME; 11h – Apresentação da Associação Brasileira da
151 Síndrome de Williams – ABSW: Convidada Jô Nunes, Presidente e Fundadora da ABSW; 12h –
152 Almoço; 14h – Instalação do Plenário; 14h15 – Ações de combate ao bullying e capacitação dos
153 professores quanto ao atendimento de estudantes com Deficiência. Convidado: Décio Nascimento
154 Guimarães, Diretor de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da
155 Educação – MEC; 16h – Relato dos representantes do Interconselho de Avaliação Biopsicossocial e
156 da Câmara Técnica de Saúde; 17h – Encerramento. Dia 20/07/2023: 09h – Instalação do Plenário;
157 09h15 – Apresentação das ações de acessibilidade do Ministério Público de Contas Municipais do
158 Estado de Goiás: Convidado: Dr. Henrique Pandim Barbosa Machado, Procurador Geral de Contas
159 do Tribunal de Contas do Goiás – TCGO; 10h30 – Relato das ações da Secretaria Nacional dos
160 Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD. Convidada: Anna Paula Feminella, Secretária
161 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 10h45 – Relato da Avaliação Biopsicossocial.
162 Convidada: Naira Rodrigues Gaspar, Diretora de Proteção à Pessoa com Deficiência –
163 DPPD/MDHC; 12h – Almoço; 14h – Instalação do Pleno; 14h15 – Atuação da Inspeção do trabalho
164 e inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. Convidada: Camilla de Vilhena
165 Bemergui, Auditora Fiscal do Trabalho da Coordenação Nacional de Inclusão de Pessoas com
166 Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho,
167 integrante da estrutura da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e Rafael Faria Giger,
168 Auditor Fiscal do Trabalho da Coordenadoria Estadual da Inclusão da Pessoa com Deficiência no
169 Mercado de Trabalho; 15h – Plano Viver Sem Limite 2. Convidado: Antônio José, Coordenador-
170 Geral de Relações Institucionais da SNDPD; 16h – Encerramento. Logo em seguida, a pauta foi
171 submetida para manifestações e considerações pelos (as) conselheiros (as) presentes. Suscitado
172 questão de ordem, o Conselheiro Marcio Castro de Aguiar solicitou esclarecimento em face do
173 encaminhamento que ficou deliberado na última sessão, sobre a discussão do caso da Lotex e
174 questionou o porquê de o assunto não ter entrado na pauta. Em resposta, o Vice-Presidente Décio
175 Gomes Santiago respondeu que não foi recebido nenhum documento encaminhado pelo Ministério

176 da Fazenda, o que dificultava o debate sobre o assunto. Em contrapartida, o Conselheiro Marcio
177 Castro de Aguiar sugeriu que o Ministério da Fazenda fosse oficiado para prestar esclarecimentos
178 sobre o tema, para subsidiar os debates no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
179 com Deficiência – CONADE. Por outro lado, o Conselheiro Adinilson Marins dos Santos informou
180 que o respectivo Ofício foi encaminhado e que estava aguardando resposta. Somente com as
181 informações a serem prestadas pelo Ministério da Fazenda seria possível subsidiar o debate no
182 âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. A Conselheira
183 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro observou que havia uma Conselheira fora da mesa, que foi
184 prontamente reposicionada. Não havendo mais considerações ou manifestações a respeito, a
185 respectiva pauta foi considerada aprovada por unanimidade. Inquirindo a palavra, o Conselheiro
186 Luís Mauricio Alves dos Santos solicitou que a pauta fosse atualizada e encaminhada a todos (as) os
187 (as) conselheiros (as), sendo atendida a solicitação. Dessa forma, abordou-se, inicialmente, o item
188 relativo a Apresentação do Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF. O
189 Vice-Presidente Décio Gomes Santiago relatou existir dificuldades no orçamento Secretaria
190 Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – SNDPD para a realização da reunião no mês
191 de agosto. A Secretaria alegou não ter orçamento para realizar a capacitação prevista para ocorrer
192 nos dias 16 e 17 de agosto de 2023, razão pela qual será reagendada para acontecer juntamente com
193 o Lançamento do Programa Viver Sem Limite 2. Complementando as informações, a Presidente
194 Anna Paula Feminella contextualizou informando que foi aprovada uma atividade de capacitação e
195 diálogo acerca do plano Viver Sem Limite 2. Porém, devido ao custeio e manutenção das atividades
196 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, que excederam mais
197 que o previsto, inviabilizou-se a realização da atividade no mês de agosto de 2023. Contudo, como
198 solução, para a cobertura dos gastos extraordinários, seria transferido recursos da Secretaria
199 Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – SNDPD ao Conselho Nacional dos Direitos da
200 Pessoa com Deficiência – CONADE somente em setembro. Dito isso, solicitou aos (as)
201 conselheiros (as), que confirmassem a vinda para Brasília para a próxima reunião que ocorrerá no
202 mês de setembro, a fim de que a Secretaria Executiva organizasse, de forma antecipada, a compra
203 das passagens aéreas. No tocante a atividade da capacitação e diálogo relativo ao plano Viver Sem
204 Limite 2, informou a todos que o dia 15/08/2023 inicialmente seria mantido, entretanto, a reunião se
205 daria de forma virtual e, assim que a data do lançamento do programa fosse agendada, os (as)
206 conselheiros (as) seriam convidados a estarem no evento de lançamento. Finalizada a apresentação,

207 abriu-se a palavra para considerações e manifestações a respeito. A Conselheira Silvia de Oliveira
208 Pereira questionou se a reunião extraordinária prevista para o mês de agosto ocorreria somente de
209 forma virtual e, se a capacitação passaria para a reunião ordinária de setembro ou se não haveria a
210 atividade. A Presidente Anna Paula Feminella explicou que a capacitação ocorreria próximo a data
211 de lançamento do programa Viver Sem Limite 2, que ainda está sem data prevista para acontecer.
212 Esclareceu que a atividade abrangeria tanto conselheiros suplentes e titulares. O Vice-Presidente
213 Décio Gomes Santiago informou acerca da pretensão de inclusão da questão envolvendo o
214 orçamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE na janela do
215 PPA do mês de setembro de 2023. Não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação
216 a respeito do Relatório da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas – COF. Não havendo
217 manifestações em sentido contrário e nem abstenções, o respectivo relatório foi considerado
218 aprovado. Prosseguindo ao item relativo a Apresentação do Relatório da Comissão de
219 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e
220 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC, o Conselheiro Daniel Faganello relatou em síntese, que o
221 grupo se reuniu para realizar um balanço a respeito da tramitação da Lei Brasileira de Inclusão –
222 LBI e dos demais Projetos de Lei de interesse das Pessoas com Deficiência, de forma a reaproveitar
223 o trabalho feito pela composição anterior. Visto isso, alegou que foi disponibilizada à nova
224 composição uma tabela relativa as atividades que estavam sendo desempenhadas. Porém, o
225 documento encontrava-se desatualizado desde julho de 2022. Assim, o foco dos trabalhos está na
226 atualização da tabela, no acompanhamento do deslinde do processo envolvendo a Lei Brasileira de
227 Inclusão – LBI e nas matérias internacionais relativa aos direitos da pessoa com deficiência.
228 Finalizada a apresentação, franqueou-se a palavra para manifestações e considerações a respeito.
229 Não havendo, ingressou-se em regime de votação a respeito do Relatório da Comissão de
230 Acompanhamento e Monitoramento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e
231 da Lei Brasileira de Inclusão – CMC. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem
232 abstenções, o respectivo relatório foi considerado aprovado. Em seguida, avançou-se ao item
233 Apresentação do Relatório da Comissão de Políticas Públicas – CPP. O Conselheiro Gabriel Franca
234 do Couto, em breve relato, abordou alguns temas discutidos no âmbito da Comissão que poderiam
235 ser socializados com algumas das representações, como por exemplo, as dificuldades e barreiras
236 para as pessoas com deficiência, pessoas autistas pensando num contexto de educação inclusiva e
237 quais os modos uma educação inclusiva poderia ser melhor fomentada para esse público especial.

238 Comentou a respeito da educação bilíngue de surdos e do atendimento das pessoas surdas para a
239 obtenção da CNH. A Conselheira Jô Nunes informou que um dos encaminhamentos indicados pela
240 CPP foi o convite ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e o representante do
241 Ministério da Educação – MEC responsável pela área de educação bilíngue, a fim de que realizasse
242 uma fala. Não obstante, o Conselheiro Gabriel Franca do Couto mencionou a respeito de um caso
243 envolvendo um cantor sertanejo que proibiu a presença de um intérprete de libras no palco onde se
244 apresentava e que o caso deveria ser repudiado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
245 Deficiência – CONADE por meio de uma manifestação. Julgou importante que fosse incentivado
246 pelo Governo Federal a participação de interpretes de libras nos eventos, a fim de fomentar a
247 inclusão. Para fins de encaminhamento, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou no
248 sentido de que fosse pautado para a próxima reunião o assunto relativo à Carteira Nacional de
249 Habilitação – CNH com o convite do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e o
250 convite ao representante do Ministério da Educação responsável pela educação bilíngue de surdos.
251 Dessa forma, os encaminhamentos acima apontados, bem como o Relatório da Comissão de
252 Políticas Públicas – CPP foram submetidos a votação. Não havendo manifestações em sentido
253 contrário e nem abstenções, os encaminhamentos e o relatório foram considerados aprovados. Ato
254 contínuo, passou-se ao item Apresentação do Relatório da Comissão de Comunicação Social –
255 CCS. A Conselheira Ludymilla dos Santos Chagas juntamente com o Conselheiro Thiago Oliveira
256 informou a respeito das próximas datas comemorativas para postagens nas mídias sociais do
257 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Para tanto, foram
258 elaboradas duas propostas de metodologia para a execução das postagens. A primeira recomendou
259 que cada entidade que trabalha com o tema alusivo à data encaminhasse um texto para a Comissão,
260 a fim efetuar as postagens. Já a segunda propõe que o (a) conselheiro (a) se voluntariasse para
261 escrever o texto para postagens. Suscitando a fala, a Conselheira Silvia de Oliveira questionou
262 como seria feita a aprovação do texto a ser publicado. Em resposta, a Conselheira Ludymilla dos
263 Santos respondeu que no *Instagram* o texto seria aprovado pela própria comissão e que poderia ser
264 uma opção fazer uma avaliação prévia e encaminhar o texto para o grupo maior. Contudo, por se
265 tratar de algo mais instantâneo a aprovação seria mais rápida se fosse feita pela comissão. Foi feita
266 uma proposta para que as entidades que militam em prol dos temas comemorados e aludidos nas
267 datas informadas fossem consultadas a respeito do texto que seria publicado pelo Conselho
268 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Em resposta, a Conselheira

269 Ludymilla dos Santos justificou que o procedimento engessaria a atividade da comissão, mas que a
270 proposta poderia ser debatida. O Conselheiro Adinilson Marins dos Santos observou que não foi
271 incluído no calendário a semana alusiva a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, que se trata
272 de uma campanha realizada entre os dias 21 a 28 de agosto e solicitou a inclusão no calendário. O
273 Conselheiro Gabriel Franca do Couto propôs que fosse criado um e-mail ou documento aberto para
274 elaborar um modelo único para que todas as representações assegurassem que as datas estariam de
275 acordo e também um documento em libras. A Conselheira Laudeci Vieira dos Santos ressaltou que
276 não se deveria chamar “data comemorativa”, mas “data alusiva”. A Conselheira Camilla de Vilhena
277 Bemergui observou que no dia 30/08 é destinado ao Dia Nacional de Conscientização sobre a
278 Esclerose Múltipla e solicitou a inclusão da data no calendário. A Conselheira Maria do Carmo
279 Tourinho Ribeiro propôs que a cada início de reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
280 com Deficiência – CONADE fosse feita uma leitura das datas alusivas a todas deficiências, sendo
281 mencionadas as datas previstas para os dois próximos meses a contar da data da realização da
282 plenária. Não obstante a isso, a Conselheira Silvia de Oliveira sugeriu que houvesse menção ainda,
283 as datas das questões transversais à pessoa com deficiência, a exemplo do julho das pretas.
284 Complementando o relatório, a Conselheira Ludymilla dos Santos solicitou o aval do plenário para
285 realizar uma publicação a respeito da abordagem sobre “Amazônias urbanas”, “Amazônias do
286 futuro”, sustentabilidade e acessibilidade, do qual compreendeu que a manifestação das pessoas
287 com deficiência a respeito da temática se faz necessária. Finalizadas as manifestações, o Vice-
288 Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou o seguinte: cada representação, conforme a data,
289 encaminha a proposta do texto para a Comissão de Comunicação Social – CCS, que analisará e
290 preparará a publicação do texto, a ser publicado nas mídias sociais do Conselho Nacional dos
291 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Nesse sentido, os encaminhamentos acima
292 apontados, bem como o Relatório da Comissão de Comunicação Social – CCS, foram submetidos a
293 votação. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem abstenções, os encaminhamentos e
294 o relatório foram considerados aprovados. A Presidente Anna Paula Feminella informou a respeito
295 do lançamento da campanha contra o capacitismo e que o Conselho Nacional dos Direitos da
296 Pessoa com Deficiência – CONADE teria muito a contribuir. Noticiou que os cartazes da campanha
297 contra a discriminação em razão da deficiência estavam sendo impressos e que a ideia central seria
298 o de distribuí-los nos conselhos de direitos locais e nos demais locais que tenham grande
299 visibilidade. Discursou sobre a importância da unificação das pessoas com deficiência e dos direitos

300 humanos para o combate ao capacitismo e opressões, além de promover um debate qualificado de
301 forma a não restringir o tema a uma mera alusão de data e distinguir os diversos tipos e tratamentos
302 adequados para as pessoas com deficiência. Em seguida, passou-se ao item Apresentação do
303 Relatório da Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão Técnico Científico da V
304 Conferência Nacional. A Presidente Anna Paula Feminella juntamente com o Conselheiro Marcio
305 Castro de Aguiar relatou sobre os assuntos e encaminhamentos da reunião conjunta que ocorreu
306 com a Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão da V Conferência Nacional.
307 Dentre os assuntos abordados, destacaram a respeito da autonomia conferida aos conselhos locais
308 na elaboração da identidade visual dos eventos técnicos que ocorreriam nos seus respectivos
309 territórios. Alegou que os conselhos estaduais trouxeram uma demanda relativa a necessidade de se
310 fazer um levantamento dos hotéis que possuem equipamentos de acessibilidade, tais como assento
311 adaptado, acesso para cadeira de rodas, dentre os mecanismos necessários para acomodar uma
312 pessoa com deficiência durante a estadia. Por outro lado, a Conselheira Silvia de Oliveira Pereira
313 complementou as informações prestadas alegando que na reunião foi solicitada uma lista dos
314 participantes da capacitação que ocorreu no dia anterior, para que fosse feita uma avaliação a
315 respeito do grau de satisfação. Em complemento, o Conselheiro Marcio Castro de Aguiar ponderou
316 que seria importante que os (as) conselheiros (as) realizassem um feedback a respeito da
317 capacitação e solicitou a colaboração de todos para responder o questionário. A Presidente Anna
318 Paula Feminella afirmou que a Comissão da Conferência Nacional definiu que o evento ocorreria
319 no período de 14 a 17 de julho de 2024 e que o próximo passo seria a contratação do local para a
320 realização do evento. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato do ponto de vista logístico,
321 ponderou que a questão da oferta da alimentação deveria ser igualmente verificada, visto que
322 pessoas com dificuldade psicomotoras, por exemplo tem dificuldades em achar uma colher sem ser
323 de plástico e da oferta de frutas. Dessa forma, sugeriu que fossem pensadas alternativas de opções
324 de acessibilidade alimentar. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos comentou acerca da
325 infraestrutura de Brasília que foi adaptada para justificar que a cidade estava preparada para receber
326 os conferencistas oriundos de outros estados. A Coordenadora Executiva do Conselho Nacional dos
327 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE informou que possui formação e sensibilidade na
328 área hoteleira e de acessibilidade e que realizaria um levantamento com visitas técnicas nos hotéis
329 de Brasília. Afirmou que assim que obter mais informações, a repassaria a todos/todas/todes. O
330 Conselheiro Daniel Faganello comentou a respeito do prazo estendido até o dia 24 de dezembro de

331 2024 para fazer a adequação de pelo menos 10% de suas hospedagens serem acessíveis e que até a
332 realização da conferência, certamente não haverá a quantidade de quartos necessárias disponíveis
333 conforme a necessidade. Contudo, colocou o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia –
334 CONFEA à disposição para colaborar no sentido de que a questão da acessibilidade nos hotéis não
335 fosse um problema para a pessoa com deficiência na participação da conferência. O Conselheiro
336 Marcio Castro de Aguiar sugeriu que fosse feito um levantamento junto a rede hoteleira para
337 verificar quantos hotéis e quantos quartos disponíveis em Brasília poderão ser utilizados pelos
338 conferencistas durante o evento. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato comentou a respeito
339 da situação desconfortável das pessoas com deficiência para a locomoção em Brasília e que a
340 mobilidade para cadeirantes, por exemplo, contemplava somente os residentes no Distrito Federal
341 (DF), que fossem cadastrados no Cadastro Único. Sugeriu que fosse feito um diálogo juntamente
342 com a Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal (DF) para verificar a questão. Em contraponto,
343 o Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos divergiu da manifestação anterior, alegando que
344 pega seis ônibus por dia no Distrito Federal (DF) e que 100% da frota é acessível com
345 elevadores e lugar especial para cadeirantes. Nesse sentido, o Vice-Presidente Décio Gomes
346 Santiago encaminhou no sentido de que fosse elaborado um caderno contendo perguntas e respostas
347 e a consulta as entidades e a rede hoteleira de Brasília. A Presidente Anna Paula Feminella julgou
348 importante que as entidades encaminhassem ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
349 Deficiência – CONADE um relatório contendo as necessidades das pessoas que vinham à Brasília
350 como delegadas para adaptar a todas as necessidades e fazer a gestão da pessoa com deficiência na
351 conferência. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato sugeriu ainda, que fosse enviada uma
352 manifestação a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC sobre o volume de pessoas com
353 deficiência virão para Brasília, bem como que os conselhos locais fossem instruídos para indicarem
354 as especificidades de cada usuário que virá para a Conferência Nacional. Nessa linha, o Conselheiro
355 Daniel Faganello comentou a respeito da manifestação que elaborou sobre a omissão da Agência
356 Nacional de Transportes Terrestres – ANTT na fiscalização dos pontos de traslado e das
357 rodoviárias para a verificação da acessibilidade e considerou que o Conselho Nacional dos Direitos
358 da Pessoa com Deficiência – CONADE oficiasse o Sindicato dos Hotéis de Brasília para verificar a
359 situação da rede hoteleira atual e se haveria alguma previsão de expansão do número de quartos
360 adaptados às pessoas com deficiência, além de a entidade cobrar o cumprimento do prazo para que
361 os hotéis se adaptassem. O Conselheiro Falk Soares Ramos Moreira pontuou sobre a carência no

362 atendimento para as pessoas surdas se localizarem nos aeroportos quando acontecessem imprevistos
363 e da acessibilidade dentro das aeronaves. O Vice-Presidente Décio Gomes Santiago observou que o
364 (a) delegado (a) terá direito a um acompanhante para o (a) auxiliar na locomoção e acesso aos
365 locais. Não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação a respeito do Relatório da
366 Comissão de Articulação de Conselhos – CAC e da Comissão Técnico Científico da V Conferência
367 Nacional. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem abstenções, o respectivo relatório
368 foi considerado aprovado. Avançando-se a **Conclusão e Encerramento do primeiro dia da 133ª**
369 **Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE,**
370 a Presidente Anna Paula Feminella encerrando as discussões dos itens pautados, agradeceu a
371 participação de todos e declarou encerrado o primeiro dia da 133ª Reunião Ordinária do Conselho
372 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE.

373

374 **ABERTURA 19/07/2023:** Iniciada a instalação do Plenário, a Presidente Anna Paula Feminella
375 cumprimentou a todos e declarou abertos os trabalhos. Em seguida, iniciou-se a Verificação do
376 quórum. Sendo o quórum verificado como suficiente, foi iniciado o segundo dia da 133ª Reunião
377 Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Logo em
378 seguida, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago solicitou aos (as) representantes dos conselhos
379 estaduais presentes que realizassem uma breve apresentação. Finalizadas as apresentações, passou-
380 se ao item Apresentação do Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas
381 com Deficiência – CDP. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato em síntese, relatou que foi
382 discutido no âmbito da comissão a adoção de uma nova metodologia de atuação do comitê tanto
383 para a gestão das denúncias recebidas quanto a elaboração dos pareceres. Esclareceu que o Ofício nº
384 60/2023 a solicitação ao Ministério da Fazenda a respeito da demanda apresentada pelo Pleno à
385 Comissão. Em seguida, foi feita a leitura na íntegra da denúncia recebida em 05/06/2023, referente
386 a suposta violações de direitos. Nesse sentido, ingressou-se em regime de votação a respeito do
387 Relatório da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP. Em
388 seguida, o Sr. Sérgio Simão, representante da Secretaria do Paradesporto efetuou a leitura do
389 Parecer Jurídico Opinativo em atenção à mensagem eletrônica denunciando suposta violação de
390 direitos humanos recebida no dia 05/03/2023, onde o estudante de direito relata ter sido
391 diagnosticado com TDAH. Em síntese, de acordo com a denúncia, o acadêmico vinha encontrando
392 dificuldades para progredir no curso de direito, no tocante ao entendimento da matéria, no diálogo

393 com os demais estudantes do curso, na realização de provas, dentre outros. Alegou que os
394 procedimentos adotados pela instituição de ensino ora denunciada não eram adaptáveis a sua
395 situação, apesar das inúmeras tentativas de solicitação encaminhadas a direção da universidade que
396 registravam as dificuldades enfrentadas. Ademais, o graduando descreve de forma cronológica
397 todos os sucessivos incidentes com o corpo docente nos semestres custeados, temendo não se
398 formar. Diante do exposto, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –
399 CONADE entendeu que o ordenamento jurídico pátrio fundamentado nos princípios da dignidade
400 da pessoa humana envolve tanto a garantia negativa quanto no pleno desenvolvimento da
401 personalidade de cada indivíduo. Dentre outros fundamentos jurídicos, o Parecer opinativo
402 encaminhou no sentido de enviar a denúncia relatada ao Ministério Público Estadual e Federal,
403 Ministério da Educação – MEC, Conselho Nacional de Ensino Superior, à Universidade Federal do
404 Rio Grande do Sul – UFRGS e ao próprio denunciante para análise e acompanhamento da decisão
405 judicial, que deferiu em parte da antecipação da tutela do caso. Sem prejuízo ao acompanhamento
406 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, que manifesta total
407 apoio ao teor da decisão judicial proferida. Por fim, o Parecer menciona o encaminhamento do caso
408 para o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do estado do Rio Grande do Sul e
409 do município em questão, para conhecimento e acompanhamento. Logo em seguida, abriu-se a
410 palavra para manifestações e considerações a respeito. Não havendo inscritos, ingressou-se em
411 regime de deliberação a respeito do relatório apresentado. Não havendo manifestações em sentido
412 contrário e nem abstenções, o respectivo relatório foi considerado aprovado. Logo em seguida,
413 avançou-se ao item Apresentação das ações do Ministério do Esporte relacionado ao Paradesporto.
414 Convidado: Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo, Secretário Nacional de Paradesporto do
415 Ministério do Esporte. O Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo iniciou a apresentação
416 cumprimentando a todos e realizando uma breve contextualização sobre o escopo abordado pela
417 Secretaria de Paradesporto. Acerca dos programas desenvolvidos no âmbito da Secretaria, elencou
418 os seguintes: TEAtivo, que envolve as práticas esportivas, psicomotoras e de lazer para crianças e
419 adolescentes com TEA; Paradesporto Brasil em Rede, que é composto por Universidades Federais e
420 Institutos Federais de Ensino Superior para o desenvolvimento e ampliação do Paradesporto nas
421 regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estimulando a produção de conhecimento e a
422 replicabilidade de ações em outras localidades; Semear + Paradesporto, que está em fase de
423 reestruturação, visando a democratização e equidade do acesso ao Paradesporto educacional e de

424 participação das crianças, adolescentes e jovens com deficiência no Brasil, além da criação de
425 ambientes para iniciação paradesportiva; Avança Paradesporto, igualmente em fase de
426 reestruturação, promove o acesso gratuito e de qualidade a estruturas físicas, treinamentos e equipes
427 multidisciplinares de saúde para desenvolver o Paradesporto de alto rendimento; e o Maré
428 Inclusiva: o programa visa a prática de parasurf, em todas as suas categorias, modalidades e
429 manifestações, de modo a desenvolver e estimular a prática de atividade esportiva com
430 reconhecidos benefícios terapêuticos e de transformação social. Demonstrou o mapa dessas ações
431 promovidas ao longo do território brasileiro no ano de 2023 e dos aportes financeiros tanto público
432 quanto privado, cujo objetivo principal estava na modificação da percepção da sociedade em
433 relação à Pessoa com Deficiência; do fomento a visibilidade dessas pessoas por meio do maior
434 entendimento e conhecimento das modalidades paradesportivas e suas especificidades; da afirmação
435 da Pessoa com Deficiência e sua representatividade na sociedade e da potencialidade que possui
436 para o esporte e outras áreas profissionais. Colocou à disposição de todos o e-mail da Secretaria,
437 sendo este o snpar@esporte.gov.br e o telefone (61) 3217-1734 e agradeceu a oportunidade de
438 expor sobre os trabalhos da Secretaria Nacional do Paradesporto. Finalizada a apresentação, foi
439 aberta a palavra para questionamentos a respeito. O Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira de Brito
440 informou a respeito do evento paradesportivo lançado pelo movimento Pestalozziano e trouxe
441 algumas cartilhas para distribuir para os (as) conselheiros (as). Arguiu que os direitos da pessoa
442 com deficiência poderiam ser defendidos por pessoas que não possuem deficiência também e
443 agradeceu a oportunidade. Em contrapartida, o Secretário Nacional de Paradesporto do Ministério
444 do Esporte e Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –
445 CONADE registrou que era servidor de carreira do Ministério de Relações Exteriores de carreira do
446 Itamaraty, que passou 13 anos no exterior como cônsul do Brasil e enquanto esteve nos EUA teve a
447 oportunidade de cursar dois mestrados na área de gestão esportiva e direito esportivo internacional.
448 Deixou registrado que sofreu um assédio, onde lhe foi passado um bilhete questionando se era
449 pessoa com deficiência e asseverou não ser pessoa com deficiência. Mas, destacou que não havia
450 escolhido o Paradesporto e que a área o escolheu, tornando-se uma paixão pelo segmento. Muito
451 emocionado, alegou que no início da gestão, foi lhe oferecida uma vaga dentro do futebol, em que
452 possuía uma pesquisa e, apesar de ter formação nesta área, escolheu permanecer na política
453 paradesportiva, compreendendo que possuía uma missão a cumprir. Evidenciou que o fato de não
454 ser uma pessoa com deficiência poderia causar certo constrangimento para algumas pessoas,

455 contudo, garantiu a todas as pessoas que era uma pessoa preparada e dedicada ao segmento.
456 Discursou ser necessário unir as forças e não prejudicar o governo que estava começando e queria
457 fazer muito para todos. Alegou contar com todos e com o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
458 com Deficiência – CONADE para juntos construir uma melhor política. Justificou que levaria o
459 assédio sofrido tanto para a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
460 Deficiência – CONADE quanto para o Ministro de Estado de Direitos Humanos e Cidadania. Muito
461 gentilmente, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago solicitou que o conselheiro ficasse e que a
462 pergunta se seria deficiente ou não era para que as pessoas com deficiência visual tomarem
463 conhecimento. Deixou clarividente que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
464 Deficiência – CONADE tinha um respeito e carinho para com o conselheiro e que era uma pessoa
465 muito comprometida com a pauta do Paradesporto. Enfatizou que juntos construiriam a história do
466 país e que aquele era o momento, a hora e a pessoa ideal que faria o diferencial para o
467 fortalecimento da política para a pessoa com deficiência. Logo em seguida, retornou-se ao momento
468 de manifestações e considerações sobre a apresentação feita. O Conselheiro Antônio José do
469 Nascimento Ferreira se solidarizou com o expositor sobre o caso ocorrido e que enquanto pessoa
470 cega, não tinha preocupação acerca se o (a) defensor (a) possuía alguma deficiência ou não, sendo
471 eventuais constrangimentos que as pessoas deveriam lidar. Pontuou que o Brasil vivia um momento
472 do enfrentamento das deficiências invisíveis e de identidade e questionou o que a Secretaria
473 Nacional de Paradesporto do Ministério do Esporte estava planejando com relação aos atletas que
474 não tinham potencial para serem de alto rendimento, para garantir o desporto como política para
475 todas as pessoas com deficiência, de todas as formas e regiões do Brasil. A Conselheira Silvia de
476 Oliveira Pereira parabenizou a apresentação e manifestou solidariedade pela situação descrita,
477 sendo necessário que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE
478 fomentasse mais debates sobre as questões de identidade, que são extremamente relevantes não para
479 dividir a luta, mas para uni-la. Solicitou que o Secretário Nacional abordasse brevemente sobre o
480 Paradesporto e a educação básica, incluindo se possível, a formação e qualificação de professores
481 de educação física. O Conselheiro Daniel Faganello perguntou como ficaria a estrutura
482 arquitetônica dos estados e municípios para o acesso e prática das pessoas com deficiência aos
483 esportes. Logo em sequência, o Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo, em síntese, respondeu
484 que o Ministério do Esporte não fomentava o esporte somente do ponto de vista da premiação, visto
485 que para as pessoas com deficiência o esporte está intrinsecamente ligado a qualidade de vida e a

486 saúde. Desse modo, a Secretaria Nacional do Paradesporto criou os programas com vistas a
487 introduzir a população no esporte e que somente um programa dentre os mencionados era voltado a
488 atletas de alto rendimento. Abordou sobre a importância de o esporte estar presente na matriz
489 curricular das escolas, bem como a modificação das bases curriculares dos cursos de educação
490 física, a fim de preparar profissionais a lecionarem todas as formas de esporte, em especial os
491 inclusivos. Mencionou a respeito de alguns projetos e reuniões que seriam elaborados e feitas com
492 outros parceiros para a promoção do Paradesporto. Explicou que dentro do Ministério do Esporte
493 existia uma Diretoria responsável por definir as diretrizes de todos os equipamentos esportivos
494 necessários, que utiliza dinheiro público. O Conselheiro Gabriel Franca do Couto saudou o trabalho
495 desenvolvida pela Secretaria Nacional, destacando ser um trabalho muito importante para a
496 comunidade surda, com efeito muito positivo na vida dessas pessoas. A Conselheira Maria do
497 Carmo Tourinho Ribeiro colocou a Associação Brasileira de Autismo – ABRA à disposição para
498 somar com o trabalho da Secretaria Nacional do Paradesporto – SNPAR/ME e parabenizou a
499 apresentação e o projeto desenvolvido. O Conselheiro Jonas Pontes de Oliveira de Brito deu um
500 abraço carinhoso no Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo e lhe entregando uma cartilha da
501 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI e uma medalha dos jogos
502 paradesportivo da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI.
503 Igualmente, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago recebeu um troféu destinado ao Conselho
504 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE de reconhecimento do trabalho,
505 esforço e desempenho de preparação dos atletas nacionais de Paradesporto da Federação Nacional
506 das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI e uma medalha de reconhecimento pessoal. O
507 Conselheiro Cesar Achkar Magalhães informou que esteve representando o Conselho Nacional dos
508 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE nos jogos paradesportivo promovido pela
509 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI e se colocou à disposição
510 para relatar a participação no evento. Visando responder a todas as manifestações, o Secretário
511 Nacional de Paradesporto e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
512 (CONADE), Conselheiro Fábio Augusto Lima de Araújo respondeu que esporte não era somente
513 medalha e que dentro da Secretaria existia o entendimento de que a prática esportiva para a pessoa
514 com deficiência se trata principalmente, de uma questão de saúde e que a atividade física regular
515 deveria ser praticada por toda a vida. Afirmou que somente um dos projetos elaborados era voltado
516 para a prática de alto desempenho e que todos os demais eram voltados para a iniciação no esporte,

517 formação esportiva e lazer. Comentou sobre a oportunidade de integrar a discussão do Viver Sem
518 Limite 2 e a respeito do diálogo a ser travado com o Ministério da Educação – MEC acerca do
519 esporte escolar, a modificação da base curricular dos cursos de educação superior de Educação
520 Física, dentre outras. Acerca da capacitação, informou que estava em tratativa com a Universidade
521 Federal de Juiz de Fora – UFJF junto com a Comissão Brasileira do Braille – CBB a construção de
522 um curso gratuito, na modalidade EAD, de especialização para os professores de educação física
523 dentro do Paradesporto. Além disso, estava sendo buscado um diálogo para que o curso de
524 especialização fosse disseminado nas instituições de ensino locais e com o Ministério da Ciência,
525 Tecnologia e Inovação – MCTI para construir uma ação de acesso ao fundo nacional da educação
526 para que os centros de desenvolvimento de tecnologia assistiva pudessem desenvolver
527 equipamentos a serem utilizados pelos atletas. Informou que a ação programática da Secretaria
528 Nacional de Paradesporto não permitia a execução direta de emendas ou a construção de
529 equipamentos esportivos e que dentro do Ministério do Esporte existia uma Diretoria especial que
530 determina que todo equipamento esportivo construído com dinheiro público tem que ter
531 acessibilidade, fosse praças ou outros equipamentos. Nesse sentido, convidou o Conselho Federal
532 de Engenharia e Agronomia – CONFEA que participasse da equipe de discussões dessa equipe
533 também. Agradeceu e manifestou alegria quanto a importância do Paradesporto para os surdo-
534 atletas e que diversas ações no Centro-Oeste estavam em desenvolvimento para atender a
535 comunidade surda. Enfatizou que o Brasil era o único país do mundo que não exigia a formação
536 técnica em Paradesporto de professores de educação física, cenário no qual era missão da atual
537 gestão modificá-la e que as portas da Secretaria Nacional de Paradesporto – SNPAP. Na sequência,
538 foi concedida a palavra aos (as) conselheiros (as) estaduais presentes. A Sra. Edicléa efetuou
539 algumas sugestões para a CPB Secretaria do Paradesporto com relação ao tema, dentre os quais
540 destacou acerca da necessidade de acabar com a taxação dos equipamentos, ferramentas e produtos
541 destinados a pessoa com deficiência; que fosse realizada uma interlocução Fundação Coordenação
542 de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de
543 Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para que os protótipos elaborados chegassem
544 nas escolas; e realizar a contratação de professores com deficiência nos equipamentos públicos de
545 ensino. O Conselheiro Falk Soares Ramos Moreira propôs a abertura do diálogo entre o Ministério
546 da Educação – MEC, o Ministério do Esporte – ME e as escolas estaduais, a fim de implementar
547 escolas bilíngues, polos, dentre outras no sentido de inclusão da pessoa com deficiência e que seria

548 importante pensar nos jovens com deficiência no âmbito educacional. Diante das falas das
549 representantes dos conselhos estaduais, de motivação e importância do esporte, o Conselheiro Fábio
550 Augusto Lima de Araújo informou que na semana anterior, o Ministério do Esporte – ME assinou
551 um protocolo junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –
552 CNPq para apoiar as ações dentro do Paradesporto e que naquele dia uma reunião que abordaria
553 sobre a pauta. Muito emocionado, pediu desculpas a todas as pessoas presentes sobre a
554 manifestação de indignação diante do episódio ocorrido. Visando sanear a discussão, o Vice-
555 Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou no sentido de que fosse concedida pausa para o
556 almoço, o que foi acatado por todos. Retomado os trabalhos na parte da tarde, do segundo dia da
557 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE,
558 iniciou-se a verificação do quórum. Verificado como suficiente, passou-se ao item Apresentação da
559 Associação Brasileira da Síndrome de Williams – ABSW. Convidada: Conselheira Jô Nunes,
560 Presidente e Fundadora da ABSW. Com a palavra, a Conselheira Jô Nunes, iniciou a apresentação
561 abordando sobre o que é ser mãe de uma pessoa da Síndrome de Williams relatando sua
562 vivência pessoal. Em um discurso emocionante, justificou que ser mãe de um filho diferente era
563 estar repleta de incertezas, desamparo, isolamento, renúncias, preconceito, discriminação e
564 responsabilidade e expôs o conceito da Síndrome de Williams. A doença é considerada rara na
565 população em geral, que causa consequências desfavoráveis, tanto do ponto de vista médico como
566 social, que é caracterizada como “doença de gnomo” ou “fadinha”, onde as pessoas possuem olhos
567 com padrão estrelado, acúmulo de tecido periorbitário, estrabismo, orelhas grandes em abano, filtro
568 longo, nariz pequeno e empinado, cabelos encaracolados, lábios cheios, dentes pequenos e sorriso
569 frequente. As pessoas normalmente têm problemas de coordenação e equilíbrio, apresentando
570 ainda, um atraso psicomotor, hiperacusia, deficiência intelectual, déficit de atenção, memória
571 excepcional, são amigáveis, sociáveis, desinibidos e carinhosos, dentre outros aspectos. Desse
572 modo, evidenciou que a entidade nasceu de um sonho e da angústia dos familiares e profissionais
573 que, preocupados com o desconhecimento da anomalia, viam que seus entes queridos serem
574 diagnosticados tardiamente, acarretando, assim, em um tratamento precaziado e não especializado.
575 A partir da criação, as pessoas raras e os familiares tiveram acesso ao acolhimento devido, a
576 participação em passeios e a biblioteca, o apoio e ensino do diálogo a ser feito com os profissionais
577 da educação, saúde e empresas, o acesso a coleta de exames e diagnósticos, a palestras de
578 esclarecimentos, conferências, eventos, encontros e seminários, com o objetivo central de trocar

579 experiências com as Associações Internacionais de Síndrome de Williams. Informou que os fundos
580 da entidade precipuamente envolvem a ajuda de contribuintes, parceiros, voluntários, arrecadação,
581 tampinhas, bingos, rifas, almoços e oficinas. Finalizada a apresentação, foi aberta a palavra para
582 questionamentos a respeito. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa questionou sobre quais
583 eram as dificuldades enfrentadas pelas pessoas raras com relação ao acesso pelo Sistema Único de
584 Saúde – SUS aos exames específicos de diagnóstico e colocou o Ministério da Saúde – MS à
585 disposição para a realização de uma reunião para a realização de um diálogo a respeito do que pode
586 ser feito para a melhoria do atendimento as pessoas com Síndrome de Williams. Em resposta, a
587 Conselheira Jô Nunes, em síntese, explicou que se tratam de exames genéticos e que devido ao
588 volume por todo o Brasil, a oferta tem sido pouco para a demanda. Dessa forma, a Associação
589 decidiu angariar fundos para ajudar no custeio dos procedimentos as famílias que não possuem
590 recursos para arcar com as despesas médicas. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato
591 parabenizou acerca da leveza com que apresentou o assunto e sugeriu que a Ana participasse do
592 Comitê de Participação de Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
593 Adolescente – CONANDA. Logo em seguida, foi aberta a palavra para as representantes dos
594 conselhos estaduais. A representante do Conselho Estadual de São Paulo, Sra. Ariane convidou a
595 Conselheira Jô Nunes para estar participando da campanha das tapinhas que o Conselho local faria
596 para colaborar e cooperar o trabalho da Associação Brasileira da Síndrome de Williams – ABSW. A
597 Conselheira Jô Nunes comentou sobre o amor que tinha de todas as pessoas com deficiência de São
598 Paulo e do preconceito que sofreu enquanto pessoa sem deficiência à frente do colegiado conselho
599 municipal da cidade de São Paulo.

600 A representante do Conselho Estadual do Rio de Janeiro fez breves considerações acerca da
601 necessidade de que fossem pactuados centros de referência e mecanismos de acesso à saúde para as
601 pessoas com doenças raras também, além da luta a favor dos testes necessários para a identificação
602 das doenças raras. Finalizadas as inscrições de fala, avançou-se ao item Ações de combate ao
603 bullying e capacitação dos professores quanto ao atendimento de estudantes com Deficiência.
604 Convidado: Décio Nascimento Guimarães, Diretor de Políticas de Educação Especial na
605 Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação – MEC. Iniciada a apresentação, o Diretor de
606 Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação – MEC e
607 Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE,
608 Conselheiro Décio Nascimento Guimarães, de forma geral, explicou que o desconhecimento sobre
609 os diversos gêneros de deficiências reflete o modelo preconceituoso e pouco tratado pela sociedade

610 brasileira e que medidas de pequeno, médio e longo prazo deveria ser tomado pedagogicamente
611 para reverter e amenizar o dano do preconceito na vida das pessoas com deficiência, para além de
612 somente a adaptação de um espaço de acesso as escolas e universidades. Nesse sentido é que o
613 papel dos profissionais de educação se faz imprescindível e que a política pública deve incidir por
614 meio de uma qualificação humanizada e anticapacitista, para que após que o comportamento de
615 combate ao capacitismo seja aplicado e replicado pelas gerações. Enfatizou que desde sempre a luta
616 das pessoas com deficiência demanda um esforço maior, em especial no que tange ao acesso a uma
617 educação de qualidade e digna, direito no qual pertence a todos. Nenhuma pergunta específica foi
618 formulada, somente manifestações de preocupações e falas afirmativas no sentido de que os
619 profissionais da educação fossem efetivamente qualificados a enfrentar o bullying vivido pelas
620 pessoas com deficiência no meio escolar/acadêmico, bem como o coro ao enfretamento ao
621 capacitismo. Diante das falas manifestadas, o Conselheiro Décio Nascimento Guimarães colocou a
622 Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação –
623 MEC à disposição de todos os presentes com vistas a formular políticas de educação social para
624 compor, como todas as outras, a matriz curricular de ensino em todos os níveis. Defendeu que todos
625 os (as) alunos (as) tivessem acesso irrestrito as tecnologias assistivas, tais como equipamentos
626 técnicos e tecnológicos que auxiliem as pessoas com deficiência a ocuparem não só os espaços
627 acadêmicos, mas todos os espaços que lhe conferem por direito a Lei e convidou a todos para
628 participarem no dia 19 de setembro de 2023 do encontro contra o capacitismo. Logo em seguida,
629 passou-se a abordagem do Relato dos representantes do Interconselhos, GT da Avaliação
630 Biopsicossocial e Câmara Técnica de Saúde. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou a
631 todos que as reuniões do Grupo de trabalho (GT) sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da
Deficiência ocorreriam a cada quinze dias e que logo 632 após o seminário de lançamento, foi feita uma
reunião para definir as diretrizes do Regimento 633 Interno do grupo de trabalho. Na reunião seguinte
foi apresentada uma proposta de Regimento 634 Interno, que foi aprovada pelos membros. Nesse
sentido, o grupo de trabalho estava focando os 635 esforços para a execução do plano de trabalho, que foi
elaborado até o final de 2023, contendo todas 636 as ações que deveria ser tomada ao longo do ano.
Noticiou que dentre os Grupos Técnicos Especializados definidos para a 637 abordagem da avaliação
biopsicossocial estava compondo Grupo Técnico Especializado de Revisão e Atos Normativos, 638 cujo
propósito visa analisar todo o arcabouço normativo existente a respeito do tema, a fim de 639
subsidiar as discussões a respeito da disciplina da regulamentação final. A última reunião, ocorrida 640 no
último dia 07, foi destinada a analisar os dados trazidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

641 Estatística – IBGE sobre as pessoas com deficiência. O Conselheiro Joelson Costa Dias informou a
642 todos que as reuniões estavam sendo transmitidas pelo *YouTube* e que seria importante os (as)
643 conselheiros (as) acompanharem e ofertarem as suas contribuições a respeito da avaliação
644 biopsicossocial. Ademais, se colocou à disposição dos (as) conselheiros(as) para prestar as
645 informações que forem solicitadas e também no âmbito do Grupo Técnico de atos Normativos no
646 âmbito do GT. A Conselheira Denise Maria Rodrigues Costa, por outro lado, acrescentou que além
647 do supramencionado, foram igualmente constituídos o GTE do aperfeiçoamento do IFBr-M e GTE
648 do Sistema Nacional de Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência- e que, oficialmente, o
Ministério da Saúde compõe o GTE do aperfeiçoamento 649 do IFBRM, mas outros colaboradores do
Ministério iriam participar dos outros para acompanhar os 650 trabalhos que seriam feitos. O
Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou ainda, que além 651 dos membros formais,
participavam os especialistas de cada área e que a próxima reunião ocorreria 652 na próxima sexta-feira, as
09h, via canal do *YouTube*. Foi sugerido que o calendário das reuniões do 653 GT da Avaliação
Biopsicossocial fosse socializado no grupo para que os (as) conselheiros (as) 654 tivessem ciência das
datas das reuniões. A Conselheira Silvia de Oliveira Pereira sugeriu que além 655 do calendário de
reuniões, fosse igualmente disponibilizado o link do *YouTube* para que os (as) 656 conselheiros (as)
acompanhassem as sessões e que no momento oportuno, os (as) conselheiros (as) 657 pudessem opinar a
respeito da discussão. Finalizado o item, o Conselheiro Gabriel Franca do Couto, 658 em síntese,
apresentou o vídeo da representação da luta contra o preconceito linguístico para exibir 659 a nova
bandeira do movimento. Indicou o perfil do *Instagram* do movimento, que é o @cnjs.rsl. Em 660 sede de
informes, o Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos solicitou sua inclusão nos grupos 661 de
WhatsApp oficiais do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE e 662 que a
pauta fosse atualizada. Igualmente, a Conselheira Camilla de Vilhena Bemergui informou não 663 estar
incluída no grupo de *WhatsApp* oficial. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato realizou 664 um
breve relato da participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – 665
CONADE no fórum Interconselhos. Informou que na última sessão, foi feita uma avaliação das 666
propostas para compor o orçamento por meio da votação participativa da representação da 667
sociedade civil. Os membros que compareceram na reunião se dividiram em dois grupos para 668
acompanhar os comitês internos do fórum Interconselhos, que foram: o grupo da política de saúde e 669
da política de agricultura e cultura. Das vinte propostas apresentadas pelo Ministério dos Direitos 670
Humanos e Cidadania – MDHC, dezessete foram elencadas como sendo prioritárias e as outras 671
tinham dificuldades em compor o orçamento. Dessa forma, os restantes das propostas seriam

672 encaminhados ao Ministério para que avaliasse como poderiam ser aplicadas e, assim, transformá-
673 las em proposta orçamentária. Em seguida as conselheiras Maria do Carmo Tourinho Ribeiro e Jô
674 Nunes relataram brevemente as suas participações nos grupos formados, destacando, para tanto, que
675 não foram acatadas propostas para o atendimento as pessoas com doenças raras, como a síndrome
676 de Williams e que as sugestões mais acatadas foram destinadas a questão da saúde, como por
677 exemplo aumento de salário dos servidores e reforma de hospitais. Não havendo mais informes a
678 serem dados, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago, agradeceu a participação de todos,
679 encerrando, assim, o segundo dia da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da
680 Pessoa com Deficiência – CONADE. **ABERTURA 20/07/2023:** Iniciada a instalação do Plenário,
681 o Presidente Anna Paula Feminella do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,
682 Décio Gomes Santiago, cumprimentou a todos, e iniciou-se a Verificação do quórum. Sendo o
683 quórum verificado como suficiente, foi iniciado o terceiro dia da 133ª Reunião Ordinária do
684 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Iniciada a reunião, a
685 Presidente Anna Paula Feminella desejou a todos feliz dia do amigo e que, estavam sendo tomadas
686 providências com relação ao episódio ocorrido com o representante do Ministério do Esporte, onde
687 o mesmo havia sido confundido com uma pessoa com deficiência. Informou a todos que no dia
688 anterior foi realizada a reunião com os representantes dos conselhos estaduais dos direitos da pessoa
689 com deficiência, em que vinte e um prepostos estiveram presentes e elogiou o interesse dos
690 Presidentes e Vice-Presidentes dos territórios. Logo em seguida, o Vice-Presidente Décio Gomes
691 Santiago solicitou que fosse feita uma chamada dos representantes dos conselhos estaduais que
692 estivessem presentes na reunião. Feita a chamada, a Presidente Anna Paula Feminella informou a
693 todos que nos dias 13 a 15 de setembro de 2023 ocorrerá a 134ª Reunião Ordinária do Conselho
694 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE e convidou os representantes dos
695 conselheiros estaduais e municipais a estarem presentes na ocasião. Suscitando a fala, o Conselheiro
696 Marcio Castro de Aguiar criticou a atual estrutura oferecida pelo Conselho aos (as) conselheiros
697 (as), tais como falta de microfones e ausência de tomadas para o carregamento de celulares e
698 notebooks para usufruir de melhores condições de trabalho. Feitas as solicitações, passou-se ao item
699 Apresentação das ações de acessibilidade do Ministério Público de Contas Municipais do Estado de
700 Goiás – Convidado: Dr. Henrique Pandim Barbosa Machado, Procurador-Geral de Contas do
701 Tribunal de Contas do Goiás (GO). O Dr. Henrique Pandim Barbosa Machado iniciou a
702 apresentação cumprimentando a todos e da iniciativa da Comissão Permanente de Acessibilidade

703 nos municípios promovido pelo Ministério Público de Contas e Tribunal de Contas dos municípios
704 de Goiás – MPC/TCM-GO. A Comissão Permanente de Acessibilidade nos municípios é formada
705 pela Sra. Carmem Viana Castiñeiras Bezerril, Auditora de Controle Externo; Sra. Valnice Lopes da
706 Silva, Técnica de Controle Externo; Sr. Pedro de Albuquerque Maranhão, Auditor de Controle
707 Externo e sob a coordenação do Dr. Henrique Padim Barbosa Machado, Procurador-Geral de
708 Contas. Explicou que o grupo trabalha diretamente com o acompanhamento e fiscalização dos
709 projetos desenvolvidos pelos municípios no tocante aos mecanismos de acessibilidade para o
710 atendimento das pessoas com deficiência no acesso aos espaços públicos. O Dr. Joaquim Alves de
711 Castro Neto, na oportunidade concedida, cumprimentou a todos e abordou que praticamente todos
712 os tribunais de contas dos estados aderiram a iniciativa visando a efetividade e eficiência da política
713 pública. No breve discurso que realizou enfatizou que os tribunais de contas desempenham um
714 papel para além de fiscalizar as contas dos entes públicos e que igualmente contribuem para o
715 controle social, a partir da perspectiva de monitoramento das ações do gestor público, em especial
716 no tocante ao atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, das quais demandam um
717 aparelhamento e atendimento diferenciado. Colocou o Tribunal de Contas do Estado do Goiás –
718 TCM/GO; Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios – ABRACOM e a
719 Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon a disposição de todos. Em
720 seguida, a Sra. Carmem Viana Castiñeiras Bezerril iniciou a oportunidade cumprimentando a todos.
721 Informou que é formada em Arquitetura e possui um irmão com deficiência severa e que a iniciativa
722 foi instituída no ano de 2018, cujo objetivo central busca conscientizar pessoas sem deficiência
723 visando o avanço da inclusão no meio social. Exibiu a Prática de Análise de Projeto e
724 Acompanhamento de Obra e a foto do projeto relativo a nova sede da Câmara Municipal do
725 Município de Goianira – GO, onde o valor contratado para a infraestrutura foi o de R\$1.670.072,52
726 (um milhão seiscientos e setenta mil setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) e exemplificou
727 as modificações realizadas no projeto supra. Em síntese, os resultados obtidos nas análises dos
728 acompanhamentos dos projetos indicaram os seguintes fatores: Eliminação de desníveis no piso;
729 Correção de inclinação de rampas; Inclusões de rampas; Correções de dimensões dos degraus de
730 escadas; Aumento na largura dos corredores; Aumento do espaço para operação de portas. Mudança
731 de largura das portas; Inclusão de vagas de estacionamento reservadas para as pessoas com
732 deficiência; Inclusão de sanitários acessíveis com entrada independente; Inclusão de espaços de
733 espera para pessoa em cadeira de rodas; e a Inclusão de assentos para pessoa obesa. Assim, a

734 Câmara Municipal de Goianira inaugurou no dia 01/01/2023, a nova sede do Poder Legislativo
735 localizada no Jardim D’Assis. O prédio possui gabinetes amplos, com maior acessibilidade, mais
736 dependências administrativas e um plenário com capacidade para receber mais de quatrocentas
737 pessoas. Apresentou o quadro geral das irregularidades verificadas de acordo com o município,
738 descrição do projeto e valores com relação a piso, corredores e portas; escadas, rampas e corrimãos;
739 acessíveis; coletivos; vagas reservadas; e balcões e sala de espera. Evidenciou que esse trabalho
740 vem sendo desenvolvido com o propósito, também, de incentivar aos outros tribunais de contas dos
741 outros estados e municípios a desenvolverem esse tipo de fiscalização. Com a palavra, o Sr. Pedro
742 Maranhão iniciou cumprimentando a todos e abordando como o trabalho da Comissão Permanente
743 de Acessibilidade nos municípios influenciou e ampliou para outras frentes. Destacou que apesar da
744 identificação das irregularidades, todos os municípios concordaram com a alteração das obras para
745 o atendimento aos parâmetros de acessibilidade e exibiu o quadro de problemas fiscalizados.
746 Ressaltou que os Arquitetos e Urbanistas não estavam preparados para elaborar projetos em
747 atendimento aos parâmetros de acessibilidade, tanto os recém-formados quanto os profissionais que
748 trabalham a muito tempo. Asseverou que para resolver os problemas de acessibilidade dos projetos
749 seria necessária uma mudança de cultura no universo acadêmico, além da sensibilização social e
750 comunitária nos municípios ao longo do território nacional. Mencionou sobre os eventos virtuais
751 promovidos para a conscientização e sensibilização das pessoas quanto a legislação nacional das
752 pessoas com deficiência, bem como a cartilha voltada as autoridades que aborda sobre
753 acessibilidade. Para os Arquitetos e Urbanistas, enfatizou que estavam sendo elaborados cursos de
754 capacitação para os profissionais no Estado do Goiás – GO e comentou a respeito das validações do
755 projeto pelos órgãos e entidades que militam em prol dos direitos das pessoas com deficiência.
756 Finalizadas as apresentações, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O
757 Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos comentou a respeito da obra que está em
758 desenvolvimento próximo a Catedral de Brasília, onde não foram implementadas as calçadas sem o
759 piso tátil e as rampas e a falta de acessibilidade as pessoas com deficiência na praça dos três
760 poderes. O Conselheiro José Antônio Ferreira Freire parabenizou e abordou a respeito da honra que
761 teve ao participar do desenvolvimento do projeto. Lançou um desafio aos convidados no sentido de
762 fomentar a acessibilidade arquitetônica e comunicacional nos municípios. O Conselheiro Daniel
763 Faganello iniciou a fala parabenizando o projeto desenvolvido e perguntando a respeito dos
764 passeios livres já existentes, especificamente em como os profissionais que trabalham no órgão

765 público devem agir no tocante a contrapartida financeira dos passeios livres construídos por
766 particulares. O Conselheiro Gabriel Franca do Couto abordou sobre as dificuldades das pessoas com
767 deficiência no acesso aos equipamentos culturais e questionou se havia algum projeto em
768 andamento que atendessem a acessibilidade arquitetônica e comunicacional nesses locais ou alguma
769 estrutura que possa ser implantada. Em sede de questionamentos, a Conselheira Camilla de Vilhena
770 Bemergui indicou se havia alguma exigência no cumprimento de cotas das pessoas com deficiência
771 nas licitações, contratos, contratos executados e rescisões firmados com o Poder Público. A
772 Conselheira Jô Nunes questionou como estava sendo realizada a capacitação dos funcionários.
773 Respondendo aos questionamentos formulados, a Sra. Carmem Viana Castiñeiras Bezerril com
774 relação ao problema envolvendo a obra próxima à Catedral de Brasília, informou que infelizmente
775 não poderia auxiliá-lo na resolução do problema, mas que no seu entendimento, as calçadas são vias
776 públicas e quase todos os municípios transferem o ônus de construção do equipamento de
777 acessibilidade aos imóveis lindeiros. Sobre os acessos culturais, destacou que devido a existência de
778 somente dois profissionais da área, infelizmente a barreira comunicacional ainda não é fiscalizada,
779 sendo somente apreciadas as questões arquitetônicas de acessibilidade. Todavia, acreditou que o
780 desenvolvimento do trabalho, na medida que for aumentando, a matéria poderá futuramente ser
781 fiscalizada. Afirmou que a cartilha foi enviada aos (as) conselheiros (as) pelo *WhatsApp* e que
782 estava à disposição de todos. Consoante a capacitação dos funcionários, o Sr. Pedro Maranhão
783 respondeu que no trabalho de sensibilização apresenta a cartilha aos municípios e nos tribunais de
784 contas ao longo do território nacional existem iniciativas que fiscalizam por exemplo, ensino de
785 libras nas universidades. Noticiou que a Comissão Permanente está buscando reunir todos os
786 tribunais de contas dos estados com vistas a analisar todas as frentes de atuação possíveis, como a
787 cultura, comunicabilidade, dentre outros. Suscitando a fala, a Conselheira Jô Nunes sugeriu que
788 fosse feita uma parceria com os conselhos regionais, que poderiam auxiliar na capacitação. Nas
789 falas finais, os convidados agradeceram a oportunidade, distribuíram a cartilha elaborada tanto na
790 versão em braille, quanto física e digital e, em seguida, a mesa foi desfeita. Seguindo, passou-se ao
791 item Avaliação biopsicossocial. Convidada: Naira Gaspar, Diretora dos Direitos da Pessoa com
792 Deficiência/SNDPD. Antes de passar a palavra, a Presidente Anna Paula Feminella realizou uma
793 breve introdução sobre a análise biopsicossocial das pessoas com deficiência. Explicou que
794 avaliação se iniciou a partir dos dados mais recentes publicados sobre as pessoas com deficiência no
795 Brasil. Pesquisa na qual foi realizada no ano de 2022 e recentemente divulgadas pelo Instituto

796 Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em julho de 2023. A pesquisa inaugura um processo
797 contínuo de estudo sobre a população com deficiência acima de dois anos e residente em domicílios
798 particulares permanentes. Embora o número total de pessoas com deficiência no Brasil seja superior
799 ao indicado pela PNAD, a continuidade da pesquisa e seu aperfeiçoamento permitia o
800 monitoramento do impacto das ações de políticas públicas. Os dados indicaram que a taxa de
801 analfabetismo entre pessoas com deficiência é quase cinco vezes maior que a geral, girando em
802 torno de 19,5% em detrimento ao público ordinário que é de 4,1%. Já a conclusão do ensino básico,
803 destacou ser menor entre pessoas com deficiência com cerca de 25,6% em detrimento a 57,3% da
804 população sem deficiência. Informou que 78,8% da população das pessoas com deficiência estudam
805 em escolas públicas. Quanto aos aspectos envolvendo a empregabilidade, relatou que a participação
806 das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é reduzida, mesmo com maior escolaridade,
807 agrupadas em cerca de 4,7%, com rendimentos sistematicamente menores e duplamente impactados
808 por outros marcadores sociais, como cor, raça ou sexo. Outrossim, o rendimento médio real do
809 trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de quatorze anos ou mais de
810 idade, por cor ou raça e existência de deficiência no Brasil, no ano de 2022, restou-se o seguinte:
811 brancas com deficiência – R\$2.358,00; brancas sem deficiência – R\$3.422,00; preta com
812 deficiência – R\$1.485,00; preta sem deficiência – R\$2.051,00; parda com deficiência – R\$1.547,00;
813 parda sem deficiência – R\$2.065,00. Nos dados relativos a faixa etária das vítimas de estupro e
814 estupro de vulnerável no Brasil, em 2021, constatou-se que 31,7% possuíam de dez a treze anos de
815 idade, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). Ademais, os dados alarmantes de
816 estupro coletivo de crianças e adolescentes representam um percentual de 65% e mais 10% são
817 crianças e adolescentes que apresentam deficiências. Explicitou que as premissas da pesquisa
818 buscam analisar a deficiência pela perspectiva dos direitos humanos, que ainda é uma narrativa a ser
819 disputada, para que a população brasileira passe a compreender como tema de interesse público
820 coletivo, que colabora para uma cultura política emancipatória, democrática, diversa e plural. Além
821 disso, compreender que deficiência é uma categoria política possibilita planejar políticas públicas
822 de forma mais assertiva; formar coalizões intersetoriais; gerar oportunidades de desenvolvimento
823 regional de forma sustentável; e retirar pessoas com deficiência, suas famílias e comunidades do
824 ciclo vicioso de violência e exclusão social. Dessa forma, elencou quais os passos devem ser
825 tomados a partir das informações apresentadas, que são: A elaboração participativa do Plano Viver
826 sem Limite 2; A regulamentação do artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão – LBI, destacando sobre

827 o instrumento de Avaliação Biopsicossocial Unificado da Deficiência e propor um Sistema de
828 Avaliação da Deficiência; Articular interministerialmente e Inter federativamente a ampliação da
829 capacidade estatal para responder às demandas da sociedade civil; e Promover a formação de
830 lideranças para o exercício do protagonismo político, especialmente dos grupos vulnerabilizados; A
831 difusão de informações e conhecimentos que contribuam para a formação de uma cultura
832 anticapacitista. Nesse sentido, apresentou o organograma contendo as ações de reestruturação da
833 equipe da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP, a saber: Edital para
834 requisição/cessão de servidores realizado; Solicitação de ampliação dos cargos de confiança e
835 terceirizados; A contratação de bolsistas, via TED com a Escola Nacional de Saúde Pública; A
836 contratação de consultores do PNUD e da OEI para avaliação biopsicossocial, TEA e Comunicação
837 da Secretaria; A formação contínua de servidores e demais colaboradores; e a Publicação do novo
838 regimento, que já foi enviado para a Secretaria Executiva. Quanto aos Grupos de Trabalho e
839 Comitês que a Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP coordena ou participa,
840 informou os seguintes: Despacho Viver sem Limite; GT da Avaliação Biopsicossocial da
841 Deficiência; Comitê Interministerial de Apoio às Vítimas de Hanseníase; Comitê Interministerial de
842 Doenças Raras; GT para o Aperfeiçoamento da Lei de Cotas nas Universidades; GT sobre Medidas
843 de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo; GT da Política Nacional de Ações
844 Afirmativas; GT sobre Concursos Públicos; e o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. No
845 tocante ao Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência – SISDEF, abordou sobre a evolução
846 do Sistema e do Painel contendo os indicadores oficiais para o monitoramento online das políticas
847 públicas relacionadas às pessoas com deficiência. Apontou que estava em desenvolvimento a base
848 de avaliações do Benefício de Prestação Continuada – BPC e os requisitos de acessibilidade que
849 seriam necessários para o acesso das pessoas com deficiência à Administração Pública Federal. Para
850 tanto, seriam necessárias algumas mudanças, sendo estas: 1) A inclusão de campos para captar
851 informações sobre a acessibilidade dos prédios cadastrados no Sistema Unificado de Patrimônio da
852 União – SPUNet/MGI; e 2) A inclusão de campo no Sistema Unificado de Patrimônio da União –
853 SPUNet/MGI para o monitoramento dos prédios que já possuem os laudos de acessibilidade e
854 planos de trabalho para sanar as inconformidades detectadas. Todavia, pontuou que estava em
855 elaboração o Plano Nacional de Acessibilidade para Prédios da Administração Pública Federal pelo
856 Ministério da Gestão e Inovação – MGI. Exibiu os folders da Campanha de Combate ao
857 Capacitismo e afirmou a necessidade do apoio aos conselhos de direitos das pessoas com

858 deficiência, a partir da formação de Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Estaduais, da
859 melhoria da comunicação, do apoio técnico e das impressões. Não obstante a isso, a Secretaria
860 Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP promoverá Cursos de Especialização em
861 Acessibilidade Cultura, que contará com um Processo Seletivo, a ser realizado ano corrente, onde
862 serão abertas cinquenta vagas para cada região do Brasil. O curso será promovido em parceria com
863 as seguintes Universidades Federais: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade
864 Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS;
865 Universidade Federal do Acre – UFAC; e a Universidade de Brasília – UnB. Além desse processo
866 seletivo, será lançada a Escola Virtual de Governo, plataforma de cursos a distâncias gratuitos, por
867 meio evg.gov.br. Os cursos ofertados serão inicialmente: Introdução à Língua Brasileira de Sinais
868 (Libras); Introdução à Linguagem Simples; Introdução à Audiodescrição; Direitos Humanos e
869 Saúde Mental; Acessibilidade em espaços de uso público; Acessibilidade em espaços urbanos;
870 Acessibilidade na comunicação, dentre outros. Expôs que a preparação das conferências municipais,
871 estaduais e do Distrito Federal (DF) terão a mobilização dos conselhos dos direitos da pessoa com
872 deficiência e do documento orientador, que será publicado e distribuído em formato impresso, com
873 versão em linguagem simples e estará disponível em formato digital no site do Ministério dos
874 Direitos Humanos e Cidadania – MDHC, bem como serão realizadas reuniões com os conselhos de
875 direitos para maiores orientações. Dito isso, apresentou o calendário relativo a V Conferência
876 Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, contendo as seguintes etapas: Municipal – julho
877 a outubro de 2023; Estadual – fevereiro a abril de 2024; e a Conferência Nacional – 14 a 17 de julho
878 de 2024. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE conta ainda
879 com a parceria da ENSP para a mobilização nos estados e coordenada a Comissão Técnica e a
880 Comissão de Logística. Finalizada a apresentação, com a palavra, a convidada Sra. Naira Rodrigues
881 Gaspar iniciou a apresentação sobre os diálogos realizados no âmbito do GT da Avaliação
882 Biopsicossocial. Inicialmente cumprimentou a todos e abordou brevemente acerca do Grupo de
883 Trabalho de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, em especial das ações em fase de elaboração
884 e articulação. Informou que estava em elaboração a carta acordo com a FIOCRUZ-Brasília, por
885 meio da Cooperação Internacional com a OEI, com o objetivo de aperfeiçoar o IFBr-M e subsidiar a
886 formação das equipes avaliadores e que estavam sendo articulados encontros com as equipes do
887 Ministério da Previdência Social, INSS, Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência
888 Social, Família e Combate à Fome – MDS, bem como a implementação do Sistema de Avaliação da

889 Deficiência. Mencionou que a carta acordo busca igualmente englobar os mais diversos nichos da
890 avaliação biopsicossocial e que estava em execução a realização das Oficinas nos estados para
891 conscientização e enfrentamento do capacitismo estrutural. Citou as capitais que já foram visitadas
892 e as que irão ser visitadas consoante ao calendário que faz a saber: 12/07/2023 – São Paulo/SP;
893 13/07/2023 – Salvador/BA; 14/07/2023 – Natal/RN; 27/07/2023 – Teresina/PI – 01/08/2023 –
894 Florianópolis/SC; 11/08/2023 – Campo Grande/MS; 18/08/2023 – Rio de Janeiro/RJ e Recife/PE;
895 22/08/2023 – Maceió/AL; 23/08/2023 – Fortaleza/CE/ 25/08/2023 – Manaus/AM. Nos eventos são
896 feitas apresentações da iniciativa, para compreensão de todos sobre o programa e fazer com que as
897 pessoas se sintam parte da política. Relatou a respeito do Programa Cidadania Marajó, que são as
898 ações relativas aos direitos das pessoas com deficiência para identificar as barreiras contextuais por
899 meio da Avaliação Unificada da Deficiência, com vistas a propor políticas públicas efetivas e
900 específicas para o arquipélago do Marajó no campo das pessoas juvenis. Comentou sobre a
901 realização das reuniões e das capacitações que serão promovidas com os membros do Grupo de
902 Trabalho. Em seguida, o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira iniciou a apresentação acerca dos
903 diálogos transversais desenvolvidos no âmbito do Plano Viver sem Limite 2. Informou que o
904 Programa Viver sem Limite 2 estava em elaboração e realizando um breve histórico a respeito do
905 processo. Em síntese, alegou que no dia 08/05/2023, o Vice-Presidente da República despachou no
906 sentido de que fossem determinadas providências para a elaboração do Plano no prazo de cento e
907 vinte dias, com consequente envio para a Casa Civil até o dia 05/09/2023. A iniciativa é coordenada
908 pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC com a participação de dez Ministérios,
909 sendo estes: Casa Civil, Ministério da Educação – MEC, Ministério da Saúde – MS; Ministério da
910 Justiça e Segurança Pública – MJSP; Ministério da Gestão e Inovação – MGI; Ministério da
911 Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência
912 Social, Família e Combate à Fome – MDS; Ministério das Cidades – MCid, Ministério do Trabalho
913 e Emprego – MTE e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC. O Plano Viver sem
914 Limite 2 tem por objetivo geral o de promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e
915 culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias por intermédio do enfrentamento às
916 barreiras que a impedem de exercer a plena cidadania. Enumerou quais eram os eixos abordados
917 pela política, a saber: 1) Gestão e Participação Social; 2) Enfrentamento ao capacitismo e à
918 violência; 3) Acessibilidade e tecnologia assistiva; e 4) Promoção dos direitos econômicos, sociais,
919 culturais e ambientais. Quanto as etapas de construção da política pública, informou o seguinte:

920 junho/julho – Reuniões bilaterais com os Ministérios; junho/julho – Consultas públicas pela
921 plataforma: Participa+ Brasil e site do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC;
922 agosto – Debate sobre o programa no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –
923 CONADE; julho/agosto – Diálogos transversais nos estados sobre o Viver sem Limite 2; e em
924 setembro – Assinatura do Decreto e lançamento. Complementando a apresentação, o Sr. Alex
925 Reinecke efetuou alguns informativos a respeito dos diálogos transversais já realizados, que foram
926 os seguintes: 04/07/2023 – Atividade Autogestionada na 17ª Conferência Nacional de Saúde em
927 Brasília/DF, resultando em vinte e duas propostas; 12/07/2023 – São Paulo, resultando em trinta e
928 nove propostas; 13/07/2023 – Salvador/BA, resultando em quarenta e oito propostas; 14/07/2023 –
929 Natal/RN, resultando em trinta e cinco propostas, perfazendo, assim, o total de cento e quarenta e
930 quatro propostas agrupadas por eixo. Quanto aos diálogos transversais híbridos, indicou que no dia
931 27/07/2023 estava prevista uma reunião com o segmento de gênero e deficiência, em 31/07/2023
932 estava prevista uma reunião para tratar sobre as medidas de prevenção e enfrentamento ao
933 capacitismo e no dia 08/08/2023 uma oficina sobre empregabilidade da pessoa com deficiência. Em
934 arremate raciocínio, o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira informou que a Secretaria
935 Executiva estará agendando as últimas reuniões para iniciar o fechamento dos primeiros resultados
936 das análises das propostas apresentadas. Finalizada a apresentação, foi aberta a palavra para
937 manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato informou que
938 colocou à disposição do Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP um aplicativo
939 que estava em desenvolvimento pela Federação Nacional das APAES acerca do IFBr-M e
940 comentou sobre os dados sobre a empregabilidade das pessoas com deficiência. Sugeriu que a
941 linguagem da consulta pública fosse mais simples para fomentar a participação e solicitou a
942 socialização da agenda para divulgação interna nas entidades. A Conselheira Silvia de Oliveira
943 Pereira questionou se a metodologia do debate seria encaminhada previamente e se a sistematização
944 das contribuições estava sendo pensada no sentido de ser divulgada para todos e com vistas a não
945 perder nenhum dado. O Conselheiro Gabriel Franca do Couto discursou sobre a importância de o
946 plano contemplar a linguagem bilíngue para os surdos e segurança de se promover a educação
947 infantil das crianças surdas. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães questionou se a Avaliação
948 Biopsicossocial estava realmente validada, se estava em processo de validação e se o Conselho
949 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE seria envolvido no processo para
950 além da questão do combate ao capacitismo. A Conselheira Sônia Costa comentou a respeito da

951 retomada do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva – CITA e convidou a todos para que
952 estivessem presentes na reunião que será solicitada para tratar a respeito da participação do Comitê
953 nas atividades do Plano Viver sem Limite 2. Em sede de réplica, o Sr. Antônio José do Nascimento
954 Ferreira informou que a reavaliação da linguagem da consulta pública poderia ser revista e que a
955 empregabilidade era um dos eixos centrais da política e que o Representante do Ministério do
956 Trabalho e Emprego – MTE era um grande parceiro da iniciativa. Acerca das metodologias,
957 esclareceu que a metodologia adotada se inicia com a apresentação sobre o Plano Viver sem Limite
958 2, em seguida as pessoas são divididas em quatro grupos, visando realizar um debate a partir das
959 perguntas animadoras, com a análise de um problema e de um resultado, do qual comporá a
960 estrutura da política. Sobre a participação do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva –
961 CITA explicou que o grupo não integrava o Plano Viver sem Limite 2, mas somente ao Ministério
962 da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Com a palavra, a Sra. Naira Rodrigues Gaspar
963 informou que o aplicativo desenvolvido pela Federação Nacional das APAES – FENAPAES estava
964 sendo analisado e que tão logo os representantes da entidade seriam convidados a apresentá-lo no
965 âmbito do GT da Avaliação Biopsicossocial, assim que for iniciada a linha do sistema. Explicou
966 que foi validado cientificamente o instrumento de funcionalidade brasileira com a extensão “M” de
967 modificado pela Universidade de Brasília – UnB, sendo recolhidas mais de dezoito mil avaliações e
968 que a partir de uma parceria com a FIOCRUZ-Brasília o aperfeiçoamento dos dados seria feito.
969 Logo em seguida, ingressou-se em uma discussão a respeito da validação do instrumento de
970 avaliação elaborado pela Universidade de Brasília – UnB. Saneando a discussão, o Sr. Antônio José
971 do Nascimento Ferreira, explicou que os estados que não foram contemplados com as visitas para a
972 realização da Oficina não serão prejudicados e que a escolha dos estados foi em razão da
973 disponibilidade orçamentária e das datas disponíveis. Quando a adesão dos estados, não soube
974 informar e ressaltou que as conferências regionais talvez, fosse o evento ideal para divulgar o plano
975 Viver sem Limite 2. Indicou que não haveria a possibilidade de encaminhar todas as propostas
976 colhidas no âmbito das oficinas ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –
977 CONADE, visto se tratar de um esboço de ideias que não foram validadas pelo governo. Contudo, a
978 metodologia, quando estiver amadurecida, será submetida ao Conselho Nacional dos Direitos da
979 Pessoa com Deficiência – CONADE para debate e discussão dos (das) conselheiros (as). Saneando
980 o debate, a Presidente Anna Paula Feminella informou que o ato do Conselho Nacional dos Direitos
981 da Pessoa com Deficiência – CONADE de 10/03/2020 publicou no Diário Oficial da União (DOU)

982 uma Resolução, que Aprova o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado – IFBrM como
983 instrumento adequado de avaliação da deficiência a ser utilizado pelo Governo Brasileiro, o qual
984 considerou, sobretudo a avaliação do IFBrM, por meio de parâmetros científicos, pela Universidade
985 de Brasília – UnB, bem como a aprovação da referida validação pela Comissão Nacional de Ética e
986 Pesquisa – CONEP. Visando sanear a discussão, a Presidente Anna Paula Feminella finalizou as
987 discussões e concedeu pausa para o almoço. Retomado os trabalhos na parte da tarde, do terceiro
988 dia da 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –
989 CONADE, iniciou-se a verificação do quórum. Verificado como suficiente, o Vice-Presidente
990 Décio Gomes Santiago fez um breve discurso em agradecimento ao dia do amigo a todos os seus
991 amigos do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE. Em seguida, o
992 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné realizou um breve informe a respeito da prisão de um
993 homem com deficiência intelectual, que foi solto no dia 26/07/2023. Instada a responder, a
994 Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP alegou que o processo estava em
995 tramitação no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania – MDHC, porém o assunto veio à
996 baila para que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE discutisse
997 a respeito do caso. Logo na sequência foi aberta a palavra para manifestações e considerações a
998 respeito. O Conselheiro Cesar Ackar Magalhães sugeriu como encaminhamento que a questão fosse
999 enviada à Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP para o
1000 acompanhamento do caso. Por sua vez, o Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato informou que
1001 haverá uma reunião extraordinária da supramencionada Comissão no dia 16/09/2023. O
1002 Conselheiro Marcio Castro de Aguiar recomendou que fosse o Plenário autorizasse o Coordenador
1003 da Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, Conselheiro
1004 Adinilson Marins dos Santos a tomar as medidas que achar cabíveis, devido a relevância e urgência
1005 do caso, de forma ad referendum até que fosse realizada a reunião da Comissão para realizar o
1006 diálogo a respeito do caso. Assim, solicitou mais esclarecimentos a respeito do caso, a fim de que
1007 fosse discutido na referida reunião. Dessa forma, iniciou-se uma discussão a respeito de qual
1008 encaminhamento poderia ser deliberado. Suscitando questão de ordem, o Conselheiro Cesar Ackar
1009 Magalhães solicitou que o registro das datas, a saber: 13/07/2023 – A demanda chegou ao gabinete
1010 do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania; e o 19/07/2023 – O processo foi
1011 repassado a Secretaria Executiva da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência – SNDP.
1012 Dessa forma, saneando o debate, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago encaminhou no sentido

1013 de encaminhar o processo à Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com
1014 Deficiência – CDP, para que o Coordenador, até segunda-feira, enviasse o Ofício solicitando as
1015 informações necessárias sobre o caso, para que, havendo necessidade, fossem dados os devidos
1016 encaminhamentos na próxima reunião da Comissão. Dito isso, ingressou-se em regime de votação a
1017 respeito do encaminhamento em epígrafe. Não havendo manifestações em sentido contrário e nem
1018 abstenções, o respectivo encaminhamento foi considerado aprovado. Prosseguindo ao item
1019 Empregabilidade para Pessoas com Deficiência. Convidada: Conselheira Camilla de Vilhena
1020 Bemergui, Auditora Fiscal do Trabalho da Coordenação Nacional de Inclusão da Pessoa com
1021 Deficiência e Beneficiários Reabilitados pela Previdência Social no Mercado de Trabalho do
1022 Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Sr. Rafael Faria Gieger, Auditor-Fiscal do Trabalho –
1023 SRTE-RS. A Conselheira Camilla de Vilhena Bemergui, inicialmente cumprimentou a todos e
1024 destacou sobre a importância de se abordar sobre a atuação da inspeção do trabalho na política
1025 pública de inclusão da pessoa com deficiência no mercado formal. Realizou um breve histórico a
1026 respeito da Auditoria Fiscal do Trabalho, consoante a Fiscalização da Cota Legal dos anos de 2000,
1027 2003, 2006 e 2007. Alegou que as ações fiscais de sensibilização e orientação iniciaram em 2000,
1028 em alguns estados, no âmbito dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate
1029 à Discriminação, promulgado pela Portaria Ministerial nº 604/2000. Em 2003, houve a aprovação
1030 das normas para a imposição de multa administrativa da Lei nº 8.231/1991, pela infração do artigo
1031 93 (Portaria nº 1.199, de 28 de outubro de 2003, 12 anos depois). Em 2006, a Secretaria de Inspeção
1032 do Trabalho – SIT assumiu a coordenação das atividades de fiscalização relacionadas ao
1033 cumprimento da Lei de Cotas, cujo objetivo foi estratégico. Em 2007, o Ministério do Trabalho e
1034 Emprego – MTE propôs ao Ministério do Planejamento a inclusão de uma ação específica relativa
1035 ao tema no Plano Plurianual de 2008-2011. Dito isso, esclareceu que a Inspeção do Trabalho visa
1036 verificar o cumprimento da Lei de Cotas, que se tornou a principal política pública para a inclusão
1037 de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho. A inspeção do trabalho é a única
1038 instituição com atribuição legal para fiscalizar o cumprimento do artigo 93, da Lei nº 8.213/1991,
1039 sendo atividade e meta obrigatórias no Plano Plurianual de 2024-2027. Elencou como desafios da
1040 fiscalização: A manutenção do vínculo empregatício; A fiscalização dos concursos públicos de
1041 Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas; A acessibilidade dos locais de trabalho; A
1042 identificação e combate à discriminação; e a Atuação de articulação interinstitucional. Apresentou
1043 os dados sobre a inclusão das pessoas com deficiência no tocante a evolução do número de vagas

1044 ocupadas no Brasil, dentre os anos de 2008 a 2022, onde se verificou uma curva crescente iniciada
1045 em 189.112 vagas em 2008 a 441.335 vagas em 2022. A queda do número em 2020, se deu em
1046 razão da pandemia, mas no ano seguinte a curva voltou a subir. No tocante aos dados das vagas
1047 reservadas, por natureza jurídica do empregador, os seguintes números foram apresentados: Vagas
1048 Reservadas – Administração Pública: 20.870, Vagas Ocupadas: 2.423 (11,61%), déficit de 18.447
1049 (88,39%); Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Vagas Reservadas: 33.768, Vagas
1050 Ocupadas: 18.266 (54,09%), déficit de 15.502 (45,91%); e Empregadores Privados – Vagas
1051 Reservadas: 828.256, Vagas Ocupadas: 412.520 (48,81%) e déficit de 415.736 (50,19%). Informou
1052 que as principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência no mercado de trabalho são as
1053 seguintes: Barreira atitudinal; Resistência das empresas na contratação de pessoas com deficiência,
1054 sob a justificativa de que poucos trabalhadores com deficiência desejam ingressar no mercado de
1055 trabalho, o que vem sendo corroborado no âmbito da justiça do trabalho; Seleções de empresas
1056 públicas e sociedades de economia mista sem atenção à inclusão e acessibilidade; Número reduzido
1057 de Auditores Fiscais do Trabalho; e uma Articulação interinstitucional ainda deficitária. Em
1058 seguida, demonstrou as estratégias do Plano de Trabalho que estava sendo construído que conta
1059 com as seguintes ações: treinamento dos Auditores Fiscais do Trabalho, especificamente em ações
1060 de acessibilidade; Atribuições acessórias dentro da fiscalização de inclusão de pessoas com
1061 deficiência-combate à discriminação; Parceria com outros órgãos da Administração Pública, como
1062 SINE, INSS, MDS, AGU, dentre outros; Aprimoramento da fiscalização de editais e seleções
1063 públicas; Fortalecimento da atuação em rede; e a Produção de vídeos institucionais, a fim de
1064 orientar empregadores e demais interessados sobre questões técnicas relativas à contratação de
1065 pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados pela Previdência Social. Logo na sequência, o
1066 Sr. Rafael Faria Giger, com a palavra, apresentou brevemente algumas reflexões a respeito das
1067 pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Comentou que para além do trabalho, a ocupação
1068 de uma vaga de emprego trata-se do direito da dignidade humana e do exercício da igualdade de
1069 condições. Compreendeu que as empresas que reclamam da Lei de cotas são as instituições que não
1070 cumprem a legislação e que os empregadores deveriam contratar as pessoas com deficiência sem
1071 culpar exclusivamente a deficiência e que isso se trata ainda, do atendimento a função social da
1072 empresa. Discursou que no Brasil havia a necessidade da proeminente fiscalização dos
1073 empregadores e a promulgação de uma “Lei forte” para assegurar o emprego das pessoas com
1074 deficiência. Abordou que as empresas costumam classificar as deficiências e privilegiar as pessoas

1075 que possuem uma deficiência mais leve, caráter evidentemente discriminatório, o que dificulta
1076 muito a fiscalização do trabalho a identificar essa prática cruel. Ressaltou que um dos desafios da
1077 fiscalização é o enfretamento do judiciário, o que poderá ser superado a partir da publicação de um
1078 instrumento normativo que tenha a capacidade de classificar as deficiências em leve, moderada e
1079 grave, a fim de possibilitar a valorização da cota, bem como aprimorar os sistemas de busca de
1080 emprego, a exemplo do SINE, dentre outros. Finalizadas as apresentações, abriu-se a palavra para
1081 manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Silvia de Oliveira Pereira sugeriu que o
1082 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE elaborasse uma defesa
1083 intransigente da Lei de Cotas sem que houvesse concorrência com segmentos, de pessoa com
1084 deficiência ou de cuidadores de pessoas com deficiência, a exemplo de mães e cuidadores. O
1085 Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato comentou a respeito da publicação do livro publicado pela
1086 Federação Nacional das APAES – FENAPAES e acerca dos materiais em consonância com a
1087 matéria exposta que estavam em elaboração. O Conselheiro Luís Maurício Alves dos Santos sugeriu
1088 que fosse instituído um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
1089 com Deficiência – CONADE, para que propostas de Lei sobre a empregabilidade das pessoas com
1090 deficiência fosse formulado para mudar os dados reais do subemprego. O Conselheiro Falk Soares
1091 Ramos Moreira comentou a respeito da contratação dos profissionais surdos no ensino de libras nos
1092 cursos de formação. O Vice-Presidente Décio Gomes Santiago questionou qual caminho poderia ser
1093 tomado para realizar uma denúncia sobre a inobservância da Lei de Cotas. Em contrapartida, o Sr.
1094 Rafael Faria Giguier, comentou acerca da adaptação razoável da Lei Brasileira de Inclusão – LBI e
1095 sobre as pessoas com deficiência intelectual e visual no Rio Grande do Sul. Complementando a fala
1096 anteriormente exposta, a Conselheira Camilla de Vilhena Bemergui sugeriu que o encaminhamento
1097 dado pela manifestação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE
1098 fosse feito tão logo com o propósito de aproveitar o aniversário da Lei de Cotas. Com relação ao
1099 oferecimento de denúncias, informou que em todos os estados da federação existe os órgãos
1100 estaduais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, cidades com representações locais, via site
1101 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Em arremate raciocínio, colocou-se à disposição de
1102 todos e informou o seu e-mail a saber: camilla.bemergui@mtp.gov.br. O Vice-Presidente Décio
1103 Gomes Santiago encaminhou no sentido de que na próxima reunião do Conselho Nacional dos
1104 Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE fosse discutida a elaboração da manifestação em
1105 defesa da Lei Cotas. Em seguida, ingressou-se nos Encaminhamentos da reunião. Logo em seguida,

1106 o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago, agradeceu a presença e participação dos convidados e
1107 passou as informações gerais. Informou o seguinte: 1) Será dado o encaminhamento ao Ofício
1108 direcionado ao Ministério da Fazenda, para que prestasse os esclarecimentos sobre o Ofício
1109 CONADE nº 060/2023 a respeito do caso envolvendo a Lotex; 2) A próxima Reunião Ordinária do
1110 Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE será realizada no dia 14 e
1111 15 de setembro de 2023 e que no mesmo dia será realizada a capacitação dos(as) conselheiros(as);
1112 3) que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE estava aguardando
1113 a data do lançamento oficial do Programa Viver sem Limite 2, que será em conjunto com a segunda
1114 etapa da capacitação dos (as) conselheiros(as) do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
1115 Deficiência (CONADE), tanto Titulares quanto Suplentes; 4) que a questão envolvendo o
1116 calendário de comemorações poderia ser iniciado na segunda-feira, com a alusão ao aniversário da
1117 Lei de Cotas; 5) O encaminhamento de um Ofício ao Departamento Nacional de Trânsito –
1118 DENATRAN sobre a Carteira de Motorista para a comunidade surda; 6) O encaminhamento do
1119 processo a respeito da prisão do homem com deficiência preso à Comissão de Defesa e Proteção
1120 dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, para que o Coordenador, até segunda-feira,
1121 enviasse o Ofício solicitando as informações necessárias sobre o caso, para que, havendo
1122 necessidade, fossem dados os devidos encaminhamentos na próxima reunião da Comissão.
1123 Suscitando a fala o Conselheiro Wagner Gonçalves Saltorato registrou que até o momento o Ofício
1124 não havia sido encaminhado para assinatura. Aproveitando o ensejo, o Conselheiro Gabriel Franca
1125 do Couto sugeriu que fosse encaminhado um Ofício à Presidência da República requerendo que em
1126 todos os eventos oficiais onde houver a presença do Presidente da República, que este esteja
1127 acompanhado por um interprete de libras e que fosse indicado no mesmo documento a necessidade
1128 de que as autoridades realizassem suas Audiodescrições. Visando dar um encaminhamento a
1129 respeito, o Vice-Presidente Décio Gomes Santiago informou que poderia ser elaborado um Ofício a
1130 respeito do assunto e encaminhado a todos os órgãos responsáveis, o que foi acatado por todos. Por
1131 último, solicitou que diante das notícias de mudança dentro do Ministério dos Direitos Humanos e
1132 Cidadania – MDHC, em especial com a mudança do cargo de Ministro de Estado, sugeriu ao
1133 Plenário que fosse elaborada uma Nota de apoio a permanência do Ministro Silvio de Almeida no
1134 cargo de Ministro de Estado de Direitos Humanos e Cidadania, sendo lida a minuta que foi redigida.
1135 Logo em seguida, a Nota de Apoio foi submetida a votação, não havendo manifestações ou
1136 abstenções, o documento foi considerado aprovado. Suscitando a fala, o Conselheiro Roberto Paulo

1137 do Vale Tiné informou a respeito da solicitação feita pela Presidente Anna Paula Feminella para a
1138 elaboração de uma moção de apoio em reconhecimento ao trabalho do Ministério Público do
1139 Trabalho – MPT, da Representação Regional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE de
1140 Santa Catarina no caso envolvendo a trabalhadora doméstica surda encontrada em condições
1141 análogas à escravidão. Nesse sentido, a manifestação foi aprovada e será encaminhada para a
1142 Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDP, para elaboração
1143 da minuta. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos a todas as pessoas e não havendo mais
1144 nenhum item a ser tratado o Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
1145 Deficiência, Décio Gomes Santiago, agradeceu a presença de todos e encerrou a 133ª Reunião
1146 Ordinária do CONADE.

1147

1148

Décio Gomes Santiago

1149

Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE

1150

Julho de 2023